

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 320

00137

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/08/2006	proposição Medida Provisória n.º 320 de 24/08/2006			
autor Antônio Carlos Mendes Thame	n.º do prontuário 332			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se nova redação ao inciso I do § 2º do art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, constante no art. 29 da presente Medida Provisória:

Art. 29...

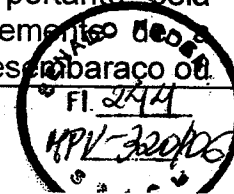
“Art. 22....
§ 2º...

I - submetida a despacho aduaneiro, nas hipóteses dos incisos I e III do § 1º; e

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o artigo 482 do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, o despacho de importação é o procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação à mercadoria importada, aos documentos apresentados e à legislação específica, com vistas ao seu desembaraço aduaneiro. Toda mercadoria procedente do exterior, importada a título definitivo ou não, sujeita ou não ao pagamento do imposto de importação, deverá ser submetida a despacho de importação (art. 483). O despacho de importação se inicia na data do registro da declaração de importação (art. 485) e termina com seu desembaraço se estiver em situação regular. Os artigos 519 e 520 definem o despacho aduaneiro na exportação, no mesmo sentido.

Os custos administrativos relativos a atividades extraordinárias de fiscalização e controle aduaneiros a serem exercidos pela Secretaria da Receita Federal, na forma do § 1º do dispositivo, ocorrem em decorrência das atividades que compõem o procedimento de despacho aduaneiro, sendo devidos, portanto, pela pessoa jurídica que administra o local ou recinto independentemente de a mercadoria estar ou não em situação regular e, portanto, lograr seu desembaraço.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

não.

Exigir o ressarcimento de tais custos apenas se logrado o desembaraço aduaneiro equivale a entender a atividade de controle fiscal como uma "prestação de serviços" ao particular interessado, que somente deve ser remunerada se o resultado final lhe for favorável, quando o que está em questão, na realidade, é o ressarcimento de custos administrativos de uma atividade de controle estatal e de interesse público.

PARLAMENTAR

